

TRABALHO E ÉTICA: EIS A QUESTÃO

LABOR AND ETHICS: THAT IS THE QUESTION

Maria Isabel Rodrigues Lima¹

LIMA, M. I. R. Trabalho e ética: eis a questão. *Akrópolis*, Umuarama, v. 16, n. 4, p. 257-265, out./dez. 2008.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre a ética e suas facetas no universo do trabalho. Inicialmente faremos uma reflexão acerca do conceito de ética. Em seguida, iremos contextualizar o mercado de trabalho atual, considerando o modelo capitalista que rege nossa sociedade, para, então, apresentar o modo como se configuram as relações de trabalho capitalistas, seus malefícios e a ética que sustenta esta forma de estruturar o trabalho. Posteriormente, abordaremos uma alternativa que visa configurar o trabalho de um outro modo, ou seja, a economia solidária. Os pressupostos da economia solidária defendem a autogestão, a democracia, a solidariedade, a participação, a autonomia, a cooperação e o trabalho associado. Para a concretização destes princípios, é preciso resgatar valores éticos e solidários, instaurando-se uma ética que subsidie as ações e relações dos trabalhadores com seu trabalho. Enfim, iremos provocar reflexões sobre a ética que perpassa algumas formas de se lidar com o trabalho humano.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Capitalismo; Economia solidária.

¹ Psicóloga, pós-graduada em Pedagogia Empresarial, mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade/FEEVALE. Consultora Organizacional.

ABSTRACT: This article aims at considering ethics and its faces within the working universe. Initially, we make a reflection on the concept of ethics. Then, we contextualize the current working market by considering the capitalist model dominating our society in order to present how capitalist working relations are structured, their harms and the ethics supporting this way of structuring work. Subsequently, we approach an alternative which aims at configuring work differently, that is – supportive economy. The presuppositions of supportive economy defend self-management, democracy, solidarity, participation, autonomy, cooperation, and associative work. Recovery of ethics and supportive values is necessary for the achievement of such principles. Therefore, one sort of ethics which subsidizes the workers' action and relations towards their work should be instituted. Finally, We provoke reflections on the ethics passing over some ways of dealing with human labor.

KEYWORDS: Ethics; Capitalism; Supportive economy.

Recebido em Janeiro./2009
Aceito em Março./2009

INTRODUÇÃO

Considerando o enorme fluxo de informações que nos bombardeia a cada instante, a quantidade de estímulos que nos invadem e a velocidade das mudanças sociais, globais e locais, cabe pensarmos sobre a ética ou as éticas que norteiam as relações e a conjuntura política, econômica e social.

Neste sentido, será dado um enfoque para as relações de trabalho sob o modo de produção capitalista e a ética que comanda este sistema. Não temos a pretensão de conceituar, definir ou enquadrar a ética como sendo única e universal, mas sim provocar reflexões sobre a perspectiva do trabalho e a ética que rege as relações de trabalho capitalistas.

Também será apresentada a Economia Solidária como uma alternativa que vai além do modelo capitalista e que prevê uma ética focada na solidariedade e em valores cooperativos. Com intuito de sustentar nossos argumentos, tomaremos as observações que efetuamos junto ao Fórum Municipal de Economia Solidária², onde temos assistido manifestar-se um outro olhar sobre o trabalho e as relações que ali se dão.

Portanto, este artigo visa “a reflexão sobre as considerações éticas que, no campo econômico e social, devem guiar a conduta das pessoas e das organizações” (ARNSPERGER, 2003, p.131). Para isso, convidamos você a mergulhar neste oceano, por vezes tão límpido e ao mesmo tempo tão turvo.

Fundamentação Teórica

1. O que é ética?

Conceituar ética é extremamente complexo, pois esta se faz, se constrói, se aprende e ao mesmo tempo parece estar intrínseca em nossas relações. Isto escancara uma pseudocontradição, porque demonstra ser tão óbvia, mas também tão volátil, dando uma sensação de que escorre por nossas mãos. Poderíamos pensar a ética como algo intocável, mas que “pode” ser aviltada por alguns em determinados momentos?

Quando observamos determinadas situações e atitudes em nosso cotidiano, as quais revelam a banalização da violência, a perversidade e a agressividade exacerbada, percebemos que não existem “valores universais”, ou uma única ética, pois o que

condenamos pode ser justificado por outros, ou seja, pode existir uma lógica que encadeie os fatos.

Então, a ética pode ser regionalizada e oportunista?

Atrás das coerções do mercado [...] existem culturas, linguagens, organizações, existe uma apropriação obrigatória, mesmo que parcial, da modernidade. E estar em um ponto deste tecido sócio econômico e cultural, é multiplicar as ocorrências de encontros e deliberações sobre valores, conflitos de valor, acréscimos a aceitar ou recusar das linhas de desenvolvimento humano (CUNHA, 2007, p.11).

A ética seria subjetiva e não palpável, assim como os sentimentos, que não podem ser medidos, apenas sentidos e vividos.

Mas, o que é viver eticamente?

Arnsperger (2003) salienta que a ética individual consiste em honrar nossas promessas, dominar nosso humor e nos mostrar atenciosos para com aqueles(as) que estão próximos de nós. É interessante ampliarmos este conceito e pensarmos na ética como algo que vai além do individual, mas que de certa forma afeta o planeta, ou melhor, sendo mais do que “cada um fazendo a sua parte”.

“Uma boa teoria ética deveria atender à pretensão de universalidade, ainda que simultaneamente capaz de explicar as variações de comportamento, características das diferentes formações culturais e históricas” (VALLS, 2006, p. 16). Para Valls (2006, p.7), “a ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento”. Esta definição esbarra nas constantes transformações que ocorrem em nossa sociedade globalizada, em nossas vidas e percursos, podendo alterar os comportamentos e costumes das pessoas e grupos.

Valls (2006) define um comportamento ético como sendo um comportamento adequado aos costumes vigentes. Segundo o autor, os costumes podem ser considerados vigentes enquanto tiverem força para coagir moralmente, ou melhor, socialmente. Quando falamos em social temos que considerar as relações humanas que compõem a sociedade, pois é através destas que percebemos de forma mais nítida a existência, ou não, de valores perpassados pela

² Nosso envolvimento com o Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo resultou de uma estratégia de aproximação ao campo empírico, a fim de construirmos o delineamento metodológico da pesquisa que subsidiará a dissertação junto ao Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade. Desse modo, realizamos observações no período compreendido entre março e dezembro de 2008, no qual foram observadas dez (10) reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e uma (01) reunião do Fórum Regional do Vale dos Sinos.

ética.

Como afirma Arruda (2000, p.35), “não existem relações humanas que não sejam permeadas por algum tipo de ética, entendida como conjunto de valores e critérios que servem para dar a toda ação uma conotação de ‘boa’ ou má”. Percebemos que há um divisor de águas, ou seja, alguns defendem um excesso de liberdade e outros uma rigidez ética, que regule os comportamentos e ações das pessoas.

Segundo Valls (2006), há duas margens para o grande rio do pensamento ético, algumas atentas aos costumes exteriores, que teriam que ser interiorizados, outras mais preocupadas com a atitude individual e subjetiva, não devendo esquecer a situação social, política, histórica etc. Enfim, sugerimos circular, confrontar e retrabalhar valores presentes na experiência familiar, social e cívica, para que possamos ao menos clarificar um pouco deste fundamental alicerce que é a ética.

2. A Supremacia do Capitalismo: que Ética é esta?

O processo de globalização crescente, o fortalecimento das grandes corporações, a instabilidade financeira e a competição acirrada no meio empresarial, ocasionaram a extinção de muitas empresas que não conseguiram acompanhar o novo padrão de concorrência. Há um aumento das grandes potências empresariais e da exploração, sendo o modelo e visão capitalista, um alicerce para a manutenção e precarização da vida humana.

Deste modo, está escancarada a precariedade do trabalho, que se manifesta por empregos temporários, terceirizados e flexíveis. Conforme afirma Castel (1998, p. 17), “desestabilização, precarização, desemprego, são ameaças que [...] se fazem onipresentes para o conjunto da sociedade”.

[...] dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 52).

Segundo Antunes (2007), o capitalismo ocasiona o decréscimo dos empregos em tempo completo e, ao mesmo tempo, gera um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc. Diante disso, é importante refletirmos sobre que ética regula esta forma de estruturar o tra-

balho, ou seja: Que escolha resta ao trabalhador? Ele deve meramente acatar estas práticas para ter um emprego?

Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria.[...] Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado (SINGER, 2002, p. 110).

A engrenagem capitalista enquadra os trabalhadores em “aptos” ou “inaptos” na medida em que aumenta as exigências de qualificação e descarta os que não possuem atributos que lhes classifiquem como super capazes, super homens ou semi-deuses. Isto pode reforçar a condição de subordinação dos trabalhadores, pois devem “submeter-se” para evitarem de serem “carimbados como inaptos”.

Arnsperger (2003) diz que no regime capitalista ocorre a venda da força de trabalho mediante um salário. Isto contribui para a sustentabilidade das relações de subordinação e submissão dos trabalhadores, incentivando mecanismos de dominação.

A exploração consiste no controle do trabalho (força de trabalho e produto) em benefício de quem não é trabalhador. Para impo-la é necessário separar o trabalhador do controle da sua força de trabalho e dos recursos de produção. E isso, evidentemente, não pode ser conseguido sem dominação (QUIJANO, 2005, p. 510).

Para Arnsperger (2003), a exploração é inerente ao capitalismo, pois os capitalistas só têm interesse em pôr os meios de produção à disposição dos trabalhadores se puderem obter deles um lucro razoável. No sistema capitalista, a supremacia do lucro é que dita as ordens, pois utiliza mecanismos para alinhar os trabalhadores de forma a obter mais lucro com menos custo, o que gera um aumento do número de tarefas para os que estão empregados e, ao mesmo tempo, um decréscimo dos salários oferecidos no mercado.

No afã para obtenção de mais lucro, esta realidade é “esquecida”, mas precisa ser pensada, sendo bem exemplificada por Valls (2006, p.9), quando questiona “se, num país capitalista, o princípio do lucro poderia ou deveria situar-se acima ou abaixo das leis da ética?” Sem dúvida, esta é uma importante questão que deve estar em pauta constantemente,

pois frente aos ditames do lucro percebemos uma grande carência de valores éticos para reger as relações de trabalho. Ainda mais, que, devido à acirrada competição por empregos, os trabalhadores parecem se “acostumar” com a exploração da mente e do corpo e demais malefícios gerados pela prevalência do sistema capitalista.

Kuenzer (2002) afirma que, de forma implícita, o trabalhador é educado para aceitar sua função, seu salário e ainda ser agradecido à empresa pelos serviços que coloca à disposição dos trabalhadores (como por exemplo, creche, assistência médica, psicológica etc.). Aqui, cabe questionarmos: que “educação” é essa? Até que ponto esta “educação” é benéfica e ética? Como está o aprendizado do trabalhador?

De acordo com Thums (1999), aprender é recriar, é reinventar, é libertar-se do que nos aliena. Em meio à massificação capitalista, este processo de aprendizagem torna-se difícil. Como salienta Schwartz (2007), o “estatuto do assalariado” é um estatuto submisso, que coloca as pessoas num dispositivo, só lhes restando fazê-lo funcionar. Deste modo, exige-se obediência, adaptação, esforço e muita transpiração. E ainda, que “vista a camiseta da empresa”. Durand (2000) refere que o problema não está em vestir a camisa, mas em precisar despir suas próprias roupas para fazê-lo.

A exigência de uma “nudez subjetiva” pode ser considerada uma “agressão”, muitas vezes velada, a qual busca suprimir as diferenças, as vontades, gostos e desejos, ou seja, pretende descolar o que lhes constitui e os liga em uma sociedade de humanos. Para Quijano (2005), o controle da autoridade e da força é o primeiro instrumento da dominação, ao qual será mais tarde associado ao controle da subjetividade, do conhecimento e do modo de produzir conhecimento.

Segundo Gomez et al. (1989), desenvolveu-se um processo de dominação do homem nas suas dimensões físicas, fisiológicas, de seu tempo, de seu espaço, de sua vontade, de seus desejos, de seus estímulos e motivações, para adequá-los à produção. Arnsperger (2003, p. 54) diz que, na obra de Marx (*O capital*), consta que o capitalista “se enriquece, não como o avarento, em proporção a seu trabalho e a seu consumo restrito, mas ao ritmo no qual ele arranca dos outros a força de trabalho, forçando o trabalhador a se abster de todos os prazeres da vida”. Esta afirmação retrata a intenção de docilizar os corpos e afetos dos trabalhadores.

É com este universo que temos de lidar, como refere Arruda (2000, p.41) “o mesmo sistema que elevou a existência humana a graus inéditos de progresso material, simultaneamente rebaixou o valor do ser humano aos níveis mais vis”. Valls (2006) acrescenta que vivemos na época do capitalismo selvagem, em que a grande maioria se sustenta ou se empobrece, graças exclusivamente ao seu trabalho pessoal, à sua força de trabalho, independentemente de linhagem e de herança. Isto revela certa desvalorização, troca e/ou perda de tradições e costumes (e quem sabe de valores éticos), pois tende a produzir um desinteresse em deixar um legado para as futuras gerações.

Os dispositivos estimulados pelo sistema capitalista podem incentivar a inércia e a um rompimento do vínculo do trabalhador com a sua atividade, pois na medida em que há a tentativa de controlar os desejos, que são o “motor” que impulsiona a ação, os trabalhadores podem perder a mobilidade e a capacidade de construir e reconstruir o mundo.

O desejo, em qualquer dimensão que se o considere, nunca é uma energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem [...] O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo (GUATTARI; ROLLNIK, 1996, p.216).

Para Misrahi apud³ Pires (2004), o desejo é, portanto, a um só tempo a origem e o alvo. Ele é que constitui a fonte energética de nosso desenvolvimento rumo ao ser, além de ser o próprio material desse ser que está para instaurar-se. Arnsperger (2003) salienta que devemos alimentar e formar um “desejo ético” em nossa vida profissional, como nos compromissos sociais e políticos, para nos ajudar a trabalhar a serviço de nossos ideais, com todo o vigor que a coerência confere. “Sem cinismo nem ingenuidade. Sem fanatismo nem fatalismo” (ARNSPERGER, 2003, p. 133).

Sendo o desejo uma força que nos impulsiona, assume um papel importante na realização do trabalho, pois pode provocar modificações e inaugurar outros lugares na inóspita realidade laboral. Mesmo com as problemáticas advindas do modo de trabalho capitalista é inegável a crucial importância do trabalho. Como afirma Antunes (2007), é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.

Segundo Lukács apud⁴ Antunes (2007,

³ R. Misrahi. A felicidade. São Paulo: Difel, 2001, p.50.

⁴ G. Lukács. Ontologia do ser social. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979, p. 16.

p.125), através do trabalho, há:

[...] uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; 'desenvolve as potências nela ocultas' e subordina as forças da natureza 'ao seu próprio poder'. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc.[...].

Nesta perspectiva está posta a complexidade do trabalho, pois a execução da atividade pode ser encontro e desencontro do homem consigo e com os outros. Este desencontro manifesta-se quando há a tentativa de anular a sua história e a sua subjetividade. Antunes (2007) enfatiza que, na sociedade capitalista, o trabalho é degradado, aviltado, pervertido e depauperado, pois a força de trabalho torna-se uma mercadoria, ao invés de ser uma forma humana de realização do indivíduo, e se converte em meio de subsistência.

O autor aponta, ainda, que há uma nova fase do capital, em que o trabalho manual está sendo substituído pelo trabalho de maior dimensão intelectual, através do qual ocorre uma apropriação das capacidades cognitivas do trabalhador, buscando envolver, mais forte e intensamente, a subjetividade operária. Estas mudanças, segundo Antunes (2007), geraram, de um lado, a formação de trabalhadores polivalentes e multifuncionais da era informacional e, de outro, uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que vivem de empregos temporários ou estão desempregados. Estes dois pólos parecem ser distantes, mas se misturam em um mesmo ambiente. Mesmo que não dialoguem, estão ali, se vendo, se repelindo ou não.

Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho. Entretanto, o problema não é, absolutamente, criar novos homens, mas encontrar soluções que permitiriam pôr fim à desestruturação de um certo número deles pelo trabalho (DEJOURS, 1992, p.139).

Analisando o exposto, citamos Cattani (2003), quando afirma que a economia capitalista precisa ser superada. Enfatiza, que sob todos os aspectos ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente. Neste sentido, urge pensarmos em alternativas que possam provocar brechas nesta rígida estruturação do trabalho e possibilitem espaços para circular as vontades, temores, sabores e

dissabores dos trabalhadores.

3. Economia Solidária: uma Proposta Ética

A economia solidária se apresenta como uma alternativa diante do capitalismo exacerbado, pois se baseia em pressupostos solidários e cooperativos, bem como estabelece outras relações de trabalho, em que a ação humana tem primazia sobre o processo de trabalho. Para Cattani (2003, p.11), "as alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas". Sendo assim, é possível propormos alternativas que vão além do modelo massificado e hegemônico do trabalho assalariado. Arruda (2000, p. 44) concorda com os pensadores Jacques Robin e Roger Sue, quando afirmam que o trabalho deveria ser "libertado da prisão salarial e passaria a ser valorizado, enquanto práxis comunicativa e criativa, como o núcleo do desenvolvimento humano, inaugurando, não uma sociedade livre do trabalho, mas uma sociedade do trabalho livre".

Deste modo, o trabalho assumiria um outro sentido, para além do sustento e da necessidade, instaurando novas práticas e uma ética baseada em outros valores que permitissem o aparecimento dos trabalhadores e as relações poderiam ter outras direções que escapassem da exclusiva primazia do lucro. Arruda (2000) defende a ética da cooperação solidária, a qual visa libertar o trabalho da cadeia salarial, a fim de que este modo de relação vital para o desenvolvimento do ser humano cumpra plenamente a sua função relacional. Para isso, é fundamental que se alastrem outras formas de organização do trabalho, que estimulem a cooperação e o trabalho coletivo, reforçando princípios solidários e éticos. Santos (2002) enfatiza que é essencial resgatar os valores da comunidade e primar pela participação e solidariedade, pois desta forma se poderá construir uma sociedade mais humana.

Contribuindo para o resgate dos valores solidários e produzindo novas formas de pensar a noção de emprego e de trabalho, surgiu a economia solidária, que tem como escopo a autogestão, a cooperação, a democracia, a solidariedade, a participação e a autonomia. Em inserções no campo da economia solidária, através de Fóruns Municipais, é possível percebermos que possibilitam espaço para a participação de diversos trabalhadores em feiras realizadas, assim como as discussões são conduzidas de forma democrática, havendo liberdade para as manifestações do coletivo.

Segundo Arruda (2003), a economia solidária é denominada de várias formas, tais como: economia social, socioeconomia solidária, economia popular,

economia do trabalho, humanoeconomia, entre outras. Mas, para este autor, o que importa é que todas “são práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspirada por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e sua acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica” (ARRUDA, 2003, p. 235).

Esta afirmação pode ser exemplificada com o depoimento de uma participante do Fórum Regional de Economia Solidária, que, ao comentar sobre a participação na Feira Nacional de Economia Popular e Solidária realizada em Santa Maria (RS), diz que: “Valeu muito ir, pois vi que há uma preocupação com o valor humano das pessoas, preocupação com a solidariedade”. A economia solidária, segundo Arroyo e Schuch (2006), tem o desafio de ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição e a justiça.

É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos, como entre empreendimentos, para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede, que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos. Então, começa a se fundir, a se misturar com outros valores com os quais a economia atual não dialoga (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 63).

A busca por resultados coletivos é percebida na pauta dos Fóruns de Economia Solidária, pois os trabalhadores empenham-se para conquistar espaços onde possam expor os seus produtos, os quais são frutos de suas experiências, habilidades e singularidades. Além disso, movimentam-se para conquistar recursos financeiros para investirem em prol da coletividade, como por exemplo, adquirir estandes para a exposição dos produtos nas feiras, assim como bancos para os participantes sentarem durante os Fóruns.

Para Arruda (2003), a economia solidária busca recuperar o sentido etimológico do vocábulo economia, que em grego significa a gestão, o cuidado da casa e, por conseqüência, dos que nela habitam. Arruda (2003, p. 235) salienta que “a economia é um termo abstrato, que se refere a toda forma de organização social da produção e reprodução da vida, a partir do uso dos recursos que o ecossistema oferece”.

Percebemos que as pessoas engajadas em

empreendimentos de economia solidária demonstram uma preocupação crescente com a escassez dos recursos naturais, tanto que se dedicam a separar e/ou transformar resíduos industriais e domésticos (muitas vezes, este reaproveitamento gera o sustento de várias famílias).

Segundo Verano Paez apud⁵ Arruda (2003), a economia deve servir à multidimensionalidade do ser humano. Sem dúvida, este é um enorme desafio, pois as dimensões humanas se interpenetram e se reconstróem continuamente, através de fluxos de desejos e de uma gama de sentimentos, ações e vivências. De acordo com Arruda (2003, p. 237), a socioeconomia solidária se relaciona “à complexa diversidade do ser humano, entendido como ser em processo de fazer-se numa teia de múltiplas relações, desenvolvendo seus sentidos, atributos e potenciais no contexto irreversível do espaço-tempo”.

É um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie (ARRUDA, 2003, p. 237).

Ao escutarmos as falas dos trabalhadores que participam do Fórum de Economia Solidária, notamos que ocorrem trocas de experiências e de conhecimentos empíricos no decorrer daquelas duas horas de convivência. Pressupomos que esta difusão de saberes contribua para o desenvolvimento humano dos que se fazem presentes e ativos naquele momento.

Laville e Chanial apud⁶ Pinto (2006), consideram a economia solidária uma economia plural, pois esta não se reduz à sociedade de capitais e ao mercado, na qual várias lógicas econômicas podem se desenvolver. Deste modo, acreditamos que a economia solidária não tem a pretensão de tornar-se hegemônica (como pretende o capitalismo), mas caracteriza-se por ser múltipla e aberta à diversidade econômica e social.

A economia solidária é vista, segundo Paggotto (2005), como uma possibilidade de se construir um modelo econômico que se relacione com a construção de uma sociedade livre, no qual se busca

⁵ VERANO PAEZ, L.F. Cooperativas de trabajadores y economía solidaria. In: Globalización de la solidaridad: un reto para todos. Lima, Peru: Grupo Internacional Economía Solidaria y Centro de Estudios y Publicaciones, 1998, p. 366-367.

⁶ LAVILLE, Jean – Louis; CHANIAL, Philippe. L'Économie Solidaire: une question politique. Paris, La Découverte, n.19, p. 11-20, 2002.

desenvolver espaços de liberdade mediante a solidariedade, a cooperação, a ajuda mútua, que, na sua dinâmica, encadeie elementos de rupturas com as relações econômicas capitalistas. Enfatiza o resgate dos valores solidários, cooperativos e humanistas e das práticas locais e comunitárias por meio de ações educativas e morais⁷, cujas ações implicam promover a libertação do homem da individualização crescente.

Salientamos que uma das formas de se construir uma sociedade menos “engessada” é permitir que se estabeleçam outras relações econômicas que não sejam baseadas somente na “compra e venda” de produtos e “pessoas”. É possível retomar outros modos de comercialização, tais como o escambo (que se baseia em trocas igualitárias), o qual foi achatado pelo modelo econômico vigente.

Ao observarmos os assuntos abordados nos Fóruns de Economia Solidária, percebemos que a ética perpassa as questões financeiras e econômicas dos trabalhadores, pois se preocupam com a organização e com o estabelecimento de critérios e regras para a comercialização dos seus produtos e dos demais. Para Arnsperger (2003), a ética econômica refere-se ao modo como devemos nos comportar individualmente nas atividades de troca e de produção de bens e serviços, e como devemos definir coletivamente as regras legais às quais essas atividades devem se submeter. Discutir e pensar sobre as regras é o primeiro passo para alavancarmos mudanças, pois favorece a re(construção) de valores e de aprendizados.

De acordo com Singer apud⁸ Pinto (2006), para a concretização de práticas solidárias é preciso suporte técnico e financeiro, mas, principalmente, dedicar uma atenção maior à educação, pois considera o principal mecanismo de difusão de valores cooperativistas e, portanto, de fortalecimento da economia solidária. Segundo Singer (2002), para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc.

Os princípios da economia solidária possibilitam a construção de outras formas de relação, pois produzem modos distintos de se inserir e se apropriar do trabalho, possibilitando a construção de uma cultura autogestionária, que exige relações diferen-

ciadas das encontradas sob o modo de produção capitalista. No entanto, para que ocorram rupturas na lógica capitalista e se consolidem os princípios que constituem a economia solidária, é necessário que haja mudanças de paradigmas para que o trabalho associado ganhe espaço. E isto reforça a importância da educação e da cultura advinda das comunidades.

Tiriba apud⁹ Pinto (2006, p. 40) refere que a existência da autogestão provocaria “a participação sobre os objetivos e regras que balizam o trabalho, bem como sobre os seus resultados, assumiria um caráter processual voltado para o livre desenvolvimento de cada um e de todos”. Pinto (2006, p. 40) afirma que “o trabalho deixaria de ser visto como meio, sendo assumido também como um fim em si, tornar-se-ia ele próprio um bem”, ou seja, o processo produtivo se voltaria menos para a “rentabilidade do capital” e mais para a “rentabilidade do trabalho”.

Esta visão do processo produtivo, cuja ênfase é colocada no trabalho e não exclusivamente no capital, acreditamos ser o grande diferencial das iniciativas de economia solidária. Neste prisma, o trabalhador assume a autoria do seu trabalho, do seu fazer, pois infere, interfere, constrói e acompanha a confecção dos produtos, além de se preocupar com a comercialização dos mesmos.

Deste modo, fica evidente, nos Fóruns de Economia Solidária, a prevalência de discussões sobre a participação em feiras e eventos onde possam comercializar seus produtos. A pauta nestes encontros recai sobre este tema, afinal, é através da comercialização e/ou das trocas que os trabalhadores obtêm sua renda e sustento.

Conforme Pinto (2006), o fator trabalho só alcança centralidade se o próprio trabalhador tornar-se o centro do processo produtivo e de gestão, ou seja, se existe autogestão.

Quando o trabalho ganha centralidade, tensionando as antigas relações de produção sob o regime privado, o trabalhador se vê confrontado com a possibilidade de se tornar sujeito do próprio conhecimento e desenvolvimento, seja em relação ao próprio trabalho ou ao outro trabalhador. Não se trata, portanto, de ver apenas a educação para o trabalho, mas de um trabalho que resgata o indivíduo como sujeito do conhecimento e da criação (TIRIBA, 2001, apud⁹ PINTO, 2006, p. 41).

A possibilidade de criar e de exercer a autogestão no trabalho pode propiciar liberdade para

⁷ Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas etc. (MARCONDES, 2007, p.146).

⁸ SINGER, P. I. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

⁹ TIRIBA, Lia. Economia popular e cultura do trabalho. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

que conhecimentos e experiências circulem, construindo espaços onde a subjetividade não precise ser “engavetada”. Esta liberdade é bem descrita por Arruda (2003, p. 240): “Liberdade de ser E de criar, individual E coletivamente. Liberdade para ser plenamente EU-E-NÓS ao mesmo tempo”. O referido autor salienta ainda, que só é possível o ser humano “ser protagonista da sua história e desenvolvimento como pessoa, sociedade e espécie, se conseguir ser o protagonista da sua economia” (ARRUDA, 2003, p. 238).

Enfim, concordamos com Arruda (2000), quando sugere que deve-se propor uma outra globalização, centrada no ser humano e fundada numa ética da responsabilidade, da cooperação e da solidariedade. Para assim, “conceber cada ser humano como sujeito potencial do seu próprio desenvolvimento enquanto pessoa, comunidade e povo” (ARRUDA, 2000, p. 46).

CONCLUSÃO

Conforme apresentado, a ética é uma discussão complexa e inacabada, a qual desassossegou nossas percepções e visões de mundo. Há uma distância muito tênue entre o que é ético e o que não é, ainda mais que a ética se relaciona com os costumes, comportamentos, culturas e histórias de vida. Diante disso, torna-se impossível não contextualizarmos o meio onde estamos e o sistema econômico que rege as nossas relações, que passaram a ser, muitas vezes, descartáveis e passageiras. Portanto, apresentamos a forma como se enquadra o trabalho no sistema capitalista e os princípios que regem a relação homem-trabalho.

Importante ressaltar que estes princípios nos fazem refletir constantemente sobre: que ética é esta afinal? Por mais que saibamos que a construção de uma ética, que seja universalizada, soa de forma um tanto ilusória, pretendemos neste artigo provocar elucubrações sobre a existência ou não da mesma, bem como expor as divergências que podemos encontrar, quando olhamos de diferentes prismas.

Com isso, destacamos que o empregador, ao extrair o “suor do trabalhador”, está cumprindo seu papel de promover o lucro, segundo a sua ótica. Assim como, para o trabalhador, seu papel parece ser a resignação. Este é um dos paradoxos que se coloca quando ousamos falar sobre a ética. Conforme Arruda (2000), o problema é a existência de uma ética centrada em falsos valores, apegada apenas aos interesses ligados à riqueza, ao prestígio e ao poder.

“Uma ética cega à realidade mais profunda e abrangente de um ser humano, que é ao mesmo tempo indivíduo e sociedade, ponto culminante da onda evolutiva da natureza e um ser sempre em construção, cuja estrutura e dinâmica física, cultural e psíquica continuam evoluindo num tempo unitário e irreversível” (ARRUDA, 2000, p. 35).

Tendo percorrido estes sinuosos caminhos, embarcamos em uma alternativa que evidencia uma outra forma de se configurar o trabalho: a economia solidária. Esta visa resgatar valores solidários e conhecimentos empíricos que muitas vezes são esquecidos ou cooptados pelas intensas transformações da sociedade. A economia solidária propõe um outro olhar sobre o trabalho, de modo que este não seja um “fardo”, mas que cumpra a função essencial de formar trabalhadores mais livres e focados no desenvolvimento da coletividade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ARNSPERGER, C.; PARIJS, P. Van. **Ética econômica e social**. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: A alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ARROYO, M. G. **Pedagogia das relações de trabalho**: trabalho e educação. Belo Horizonte, n. 2, p. 61, ago./dez. 1997.
- ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ARRUDA, M.; BOFF, L. **Globalização**: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CUNHA, D. M. **Notas conceituais sobre a atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho**.

Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd. GT 09, Caxambú/MG; 07 a 10 Outubro 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3586--Int.pdf>>

Acesso em: 10 ago. 2008.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DURAND, M. **Doença ocupacional**: psicanálise e relações de trabalho. São Paulo: Escuta, 2000.

GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

KUENZER, A. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

PAGOTTO, C. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. **Revista Espaço Acadêmico**. v. 45, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm>>. Acesso em: 05 set. 2007.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PIRES, C. M. P. **Amizade e felicidade, os espelhos da vida ética**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Tradução. Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THUMS, J. **Educação dos sentimentos**. Porto Alegre: Sulina/Ulbra, 1999.

VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo discurrir sobre la ética e sus facetas en el universo del trabajo. Primeramente haremos una reflexión acerca del concepto de ética. Enseguida, iremos contextualizar el mercado de trabajo actual, considerando el modelo capitalista que rige nuestra sociedad, para, entonces, presentar el modo como se configuran las relaciones de trabajo capitalistas, sus maleficios y la ética que sostiene esta forma de estructurar el trabajo. Posteriormente, abordaremos una alternativa que busca configurar el trabajo de una otra manera, o sea, la economía solidaria. Las presuposiciones de la economía solidaria defienden la autogestión, la democracia, la solidaridad, la participación, la autonomía, la cooperación y el trabajo asociado. Para la concreción de estos principios, es necesario rescatar valores éticos y solidarios, instaurándose una ética que pueda subsidiar las acciones y relaciones de los trabajadores con su trabajo. Por fin, iremos provocar reflexiones a respecto de la ética que ultrapasa algunas formas al tratar el trabajo humano.

PALABRAS CLAVE: Ética; Capitalismo; Economía solidaria.